

SESSÕES DO PLENÁRIO

66ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 9 de agosto de 2023.

**PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ RAIMUNDO FONTES
(PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE)**

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Eures Ribeiro, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, José de Arimatéia, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Niltinho, Olivia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Soane Galvão, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Solicito ao Sr. Segundo-Secretário que faça a leitura das atas.

O Sr. SEGUNDO-SECRETÁRIO (Samuel Junior): Sr. Presidente, demais colegas deputados, a todos que nos assistem, gostaria de submeter ao Plenário as atas da 64ª sessão ordinária, realizada em 7 de agosto de 2023; e da 23ª sessão especial, realizada em 4 de agosto de 2023.

Essas são as atas, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Em discussão as atas que acabam de ser lidas. (Pausa) Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas.

Deputado Samuel, por gentileza, leia também o expediente.

O Sr. Primeiro-Secretário ad hoc, Samuel Junior, procede à leitura do expediente:

OFÍCIOS

Da Deputada Cláudia Oliveira comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 01, 02 e 03/08/2023.

Do Deputado Patrick Lopes comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar no município de Jequié, esteve ausente na Sessão do dia 07/08/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Pequeno expediente. **(Oradores inscritos)**

O Sr. PRESIDENTE (Zé Raimundo Fontes): Por ordem de inscrição, convido o deputado Leandro de Jesus para utilizar a tribuna pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. LEANDRO DE JESUS: Srs. Colegas Parlamentares, presidente que conduz esta sessão, cumprimento a todos servidores, todos aqueles que estão visitando esta Casa para acompanhar esta sessão.

Eu queria tratar aqui com os senhores sobre algo muito grave. Falamos muito sobre a violência contra a mulher, falamos muito sobre o combate à violência contra a mulher, e eu quero aqui pedir permissão aos senhores para colocar o áudio sobre algo que foi revelado ontem, e eu gostaria muito de atenção de todos sobre este relato. Na verdade, é um relato de duas senhoras, e eu vou colocar aqui parte deste áudio para que os senhores possam acompanhar.

(O Sr. Deputado reproduz áudio por meio do aparelho celular: “13 de abril de 2021, aproximadamente 1h30min da manhã, eu acordei e tinha aproximadamente 120 pessoas quebrando as portas, as janelas, o telhado da minha casa. Quando eu me levantei assustada, eu já estava segura pelos cabelos, aos murros, aos chutes por Welton. Valmir conhece muito bem Welton, pois é compadre dele. Ele me arrastou do quarto, me levou para sala, me jogou no chão, e eu comecei ser espancada por Jai, por Valmir, por Sirlene, por uma outra aqui que eu esqueci o nome...e pegaram meu filho, espancaram, me jogaram em cima numa caminhonete e, segundo eles, me levaram e, segundo eles, me levaram para matar no Eucalipto.”)

Essa é parte de um dos relatos. Agora, o outro relato, apenas uma parte, de outra senhora.

(O Sr. Deputado reproduz áudio por meio do aparelho celular: “(...) pela independência. Eles se reuniram... Não sei de onde surgiu tanta gente lá no assentamento. Eles só agem durante a noite, durante o dia eles não agem, não. Só à noite. Chegaram por volta de 20 horas quebrando a minha barraca comigo e com minha neném lá dentro, usando machado e foice. Eu estava trancada lá dentro. Aí eles arreventaram a porta e foram até o quarto onde eu estava com minha bebê e puxaram ela de mim que...arrancou o couro, passando entre o berço e o esteio, porque a nossa casa era de capim.”)

Infelizmente, eu não tenho tempo suficiente aqui para mostrar esse relato, mas são duas senhoras que foram violentamente espancadas, agredidas, que tiveram suas casas invadidas. Foram ameaçadas por quê? Por quem?

E aqui fica, mais uma vez, a minha reafirmação, quando algumas pessoas chegaram a dizer que eu estava aqui fazendo marketing, quando eu denunciei as práticas violentas do MST, aqui, neste Plenário! Agora eu quero ver quem é que vai ter coragem de subir aqui para defender essas mulheres, senhoras e suas famílias que foram espancadas, violentadas, ameaçadas! Inclusive um bebê que teve o seu dedo esfolado, tamanha a violência! Mulheres que foram enroladas no colchão e foram ameaçadas de tocar fogo e serem ali queimadas vivas.

Eu quero saber agora onde estão os defensores dessas mulheres, exatamente para que a gente possa, aqui, nesta Casa instalar a nossa CPI para investigar esses atos criminosos que acontecem também aqui em nosso estado da Bahia, ...

(O Sr. presidente faz soar as campainhas.)

(...) no Extremo Sul, como a D. Vanuza aqui relatou, que ela foi violentada e segue sendo ameaçada por esse movimento criminoso e terrorista!

Cadê os defensores ou as defensoras das mulheres? Eu fico aqui me perguntando: então era marketing o que eu estava fazendo? Está aqui a prova: pessoas comuns que relataram e seguem relatando a violência que sofrem no campo, a violência que sofrem nesses assentamentos, nesses acampamentos.

(O Sr. presidente faz soar as campainhas.)

Todo tipo de violência, inclusive, volto a reafirmar, violência sexual, ...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputado.

O Sr. LEANDO DE JESUS: Para concluir, presidente, mais alguns segundos eu peço.

(...) ameaça de todo tipo, trabalho escravo. E eles usam armamento pesado para ameaçar essas famílias. Isso precisa acabar! Essa CPI, aqui, nesta Casa, também precisa ser instalada.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Sr. Deputado, nós temos uma CPI instalada no Congresso Nacional e já está em funcionamento. Deputado Leandro, vamos ver quem está errado, que pagará o preço. V. Ex.^a está certo em defender seus pontos de vista, mas sabe que nós não abriremos a CPI porque cabe ao Congresso Nacional.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Eu queria saudar na tarde de hoje, esses jovens estudantes da minha querida Campo Formoso. Eles estudam no maior colégio de Campo Formoso, da minha terra, o Colégio Estadual Professora Hilda Monteiro Menezes, e se destacam na leitura, então, todos os anos, nós os recebemos aqui de braços abertos.

Eu queria dizer às amigas e amigos conterrâneos, que aqui é o Plenário, é onde acontecem as discussões que vocês estão tendo a oportunidade – alguns pela primeira vez – de presenciar. A sessão começa, todos os dias, às 14h45min, tem o Pequeno Expediente e tem esse processo todo.

A sessão ainda está vazia, mas não significa que os outros deputados não estão trabalhando. Eles estão nos seus gabinetes recebendo prefeitos, recebendo lideranças, estão nas secretarias buscando investimentos, buscando obras para os municípios que representam.

Sejam bem-vindos! Mais tarde, aqui, nós teremos votação e é uma pena que vocês vão ter de ir para a Biblioteca Central do Estado da Bahia e não vão presenciar, mas, daqui a pouco, seguramente, esta Casa vai estar completa.

Sejam bem-vindos! É um prazer grande estar aqui presidindo esta sessão com a presença de vocês.

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, na verdade, não seria nem uma questão de ordem, mas só um aparte de V. Ex.^a. Primeiro, para parabenizar o senhor por essa equipe bonita que o senhor trouxe de Campo Formoso. O senhor é um filho daquela terra, está aqui assumindo o poder desta Casa, então eu tenho certeza de que, tanto para o senhor, quanto para essa turma bonita de Campo Formoso, é um orgulho ter um filho da terra presidindo um dos Poderes do nosso estado.

Sejam todos muito bem-vindos. Esta Casa também é de vocês.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Sr. Presidente, lhe saudando, saudando deputados e deputadas, membros das galerias, quero me associar às suas palavras e recepcionar carinhosamente os estudantes do colégio da sua querida Campo Formoso. Mas, sobretudo, como membro e ex-presidente da Comissão de Educação, agora presidida pela deputada Olívia, quero dizer: que bom trazer aqui estudantes que se destacam pela leitura! A leitura abre portas para o mundo. Quem sabe vocês não estarão aqui em posições destacadas no futuro? Assim como o nosso presidente da Assembleia Legislativa, o deputado Adolfo Menezes.

Mas, Sr. Presidente, o que me traz aqui hoje é tratar de uma pauta importante que é a Unacon, de Caetité, a unidade de alta complexidade para o tratamento do câncer. Fui uma das suas fiéis defensoras, devido ao alto índice de câncer que afeta aquela região do Sertão Produtivo, que tem quase 46 municípios.

À época, na então gestão do prefeito Zé Barreira, e, depois, com o prefeito Aldo Gondim, nós conseguimos, no governo Rui Costa, nosso atual ministro, implantar a Unacon, sendo que esse serviço foi terceirizado para uma fundação. Deputado Jordavio, o senhor que será um próximo colega, ocorre que nós estamos tendo pressões

políticas do atual gestor municipal para a retirada do serviço que prestou e presta atendimentos de oncologia e que precisa ser reconhecido como também tendo colaborado para enfrentar a pandemia da Covid-19 nos anos de 2020 e 2021.

Estivemos lá, deputado Robinson, e fomos recebidas e recebidos pela secretária Roberta, que contrata os serviços pois, em que pese ser uma sessão do município para a atual fundação gestora, a compra dos serviços é feita pela Sesab. E, deputado Pancadinha, a gente se preocupa com o SUS; se preocupa com a defesa da continuidade da assistência; se preocupa com a qualidade da assistência prestada; e se preocupa com a interrupção dessa assistência por razões pequenas de perseguição política. Tivemos uma grande recepção da secretária que, entendendo estar nos limites da Sesab, também referendou os serviços que são prestados lá. Defendemos a Unacon, estivemos lá com o deputado Vitor Bonfim e, virtualmente, com os deputados Charles Fernandes e Daniel Almeida.

Entendo, como médica, membro titular da Comissão de Saúde, que ninguém, nenhum gestor, por um motivo medíocre, antirrepublicano, pode querer perseguir um gestor de uma entidade que presta tão bem os serviços da Unacon, como foi testemunhado pela secretária Roberta.

Logicamente, o estado tem limitações para a resolutividade, uma vez que isso se trata de uma sessão onerosa entre o município e a OS, Organização Social, com o aval da câmara de vereadores. Estivemos com sete vereadores, o ex-prefeito Zé Barreira, a ex-prefeita Kelly, e esperamos que o estado possa mediar uma solução para a continuidade dos bons serviços prestados por essa fundação.

Aproveito também, Sr. Presidente, como procuradora especial da mulher, dizer que inauguraremos, em breve, o serviço que é objeto do projeto de resolução aqui votado, para termos uma sala com atendimento psicossocial e jurídico a mulheres vítimas de violência. É importante dizer que há aqui, sim, deputados e deputadas que se preocupam com a pauta, e vamos criar, para além da Comissão dos Direitos da Mulher, um instrumento, Sr. Presidente, que existe praticamente em todos os estados... Inclusive, há um encontro nacional de procuradores, e nós queremos que esta Casa, Sr. Presidente, seja também um exemplo para as assembleias legislativas de outros estados, que recepcione as queixas, faça a interlocução com as varas, com as delegacias e possa fazer campanhas.

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

Quero aqui manifestar o meu agradecimento ao presidente, que estará disponibilizando turnos de psicólogos e de assistentes sociais para o funcionamento da Procuradoria Especial da Mulher, que é mais uma ferramenta de enfrentamento à violência e aos feminicídios que tanto nos assolam.

Então, no Agosto Lilás, Sr. Presidente, eu quero aqui fazer, de público, agradecimento a V. Ex.^a por estar sensível a essa pauta, por disponibilizar a sala e até mesmo servidores...

(O Sr. Presidente faz soar as campanhas.)

(...) efetivos desta Casa para, complementando as ações da Comissão dos Direitos da Mulher, podermos ser mais um instrumento de combate à violência cujas

estatísticas, infelizmente, ainda nos entristecem. Porque mulheres têm direito a uma vida digna, têm direito a uma vida de paz, têm direito à vida.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, membros e convidados das galerias, profissionais de imprensa, audiência que nós acompanhamos pela TV ALBA, hoje, pela manhã, deputada Olívia, deputada Fabíola, o governador Jerônimo Rodrigues fez uma agenda de entrega de viaturas para a área de segurança pública, e, também anunciou a convocação de policiais da reserva e, o mais importante, anunciou a retomada do programa Pacto pela Vida.

Muito tem se falado aqui, nesta tribuna, sobre segurança pública. Creio que esse é um dos principais desafios dos governos brasileiros, do governo federal, dos governos estaduais, para a gente enfrentar um problema que, a cada ano, cresce no Brasil e em todos os estados da Federação.

Quando a Constituinte, em 1988, deputado Hilton, definiu as competências dos municípios, há 35 anos, a modalidade da violência no Brasil era completamente diferente da violência existente hoje. Naquela época, foi delegada aos estados a integral responsabilidade pela política de segurança. Creio que nós temos de fazer uma mudança profunda nessa visão da Constituinte de 1988, redefinindo os papéis, porque a violência, hoje, no Brasil, está associada ao consumo e ao tráfico de drogas com intensidade.

Organizações criminosas se implantaram e se consolidaram no país. O Brasil, que não planta uma folha de coca, deputado Pancadinha, é um dos maiores consumidores do mundo, porque aqui nós somos 210 milhões de habitantes e temos uma extensa população jovem de 40 milhões de pessoas. Por conta disso, virou um mercado atrativo para essas organizações nacionais e internacionais.

Por isso, não há como ter sucesso numa política de segurança pública se ela não integrar os três níveis de representação dos entes federativos: a União, os estados e os municípios. Um novo pacto pela segurança deve ser capaz de fazer, assim como nós fizemos na saúde, um sistema único, em que foram definidos os papéis e as competências de cada ente. Nós temos de desenhar um sistema único para a segurança, porque não há nenhum estado que possa ser colocado como um exemplo de que foi controlado e que tenha políticas públicas de segurança eficientes. É um problema nacional e, nacionalmente, ele tem de ser respondido.

O governo federal tem de liderar essa ação de política pública no financiamento das iniciativas; num plano nacional de redução de homicídios; no controle das fronteiras por onde entra a droga no Brasil; com serviço de inteligência, para que a gente possa identificar as ações dessas organizações criminosas; compartilhando informações entre as secretarias de segurança pública dos estados.

E os estados, além de fazer uma repressão qualificada, uma repressão que identifique aqueles que são os responsáveis pela violência e os retire do convívio social, sendo identificados, presos e julgados, também têm de aprimorar a política de prevenção social. Isso porque o combate à violência, uma política eficiente de segurança, de um lado, tem de ter repressão qualificada, mas, do outro lado, tem de ter prevenção. É aí que entra o papel dos municípios e das prefeituras, que não podem apenas dizer que segurança é responsabilidade do estado. Os prefeitos, os entes municipais devem investir maciçamente em proteção dos nossos jovens e adolescentes, que são o público-alvo dessas organizações criminosas.

Nós temos de ter, como o governador vai inaugurar amanhã, escolas...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) de tempo integral. Amanhã, no Lobato, nós vamos ter mais uma grandiosa escola, de R\$ 22 milhões, com quadra, piscina, equipamentos para funcionamento em tempo integral. Então educação tem de ser também compreendida como uma política mais ampla de prevenção social, e é esse o esforço que nós temos de fazer.

Por isso, eu saúdo o governador pela retomada do Pacto pela Vida, que é o espaço onde o governo pode articular as políticas públicas de repressão e de prevenção como ações governamentais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Hilton Coelho.

O Sr. HILTON COELHO: Sr. Presidente, demais deputados e deputadas, eu queria aqui reforçar a necessidade de nós fazermos o debate sobre a segurança pública. Não poderia deixar de me pronunciar. Ontem, nós tivemos reunião da nossa comissão, presidida pelo deputado Pablo, e esse tema, obviamente, foi discutido, porque ele está fervilhando na sociedade. A situação, de fato, é insustentável, e nós precisamos fazer uma discussão profunda. Não dá para continuar essa política que, ao nosso ver, é uma política de genocídio, especialmente com a nossa juventude negra.

Os dados das ações policiais seguidas de morte na Bahia, infelizmente, se destacaram neste Brasil, que está conflagrado, de fato. E nós precisamos fazer todos os debates: o debate sobre a necessidade de reforçar a inteligência da segurança pública, a nossa polícia investigativa, que até hoje não pagou salário de nível superior aos seus profissionais, investigadores, peritos e escrivães; o debate sobre o envolvimento da sociedade; tudo isso foi tema, ontem, na reunião da nossa comissão.

Nós devemos fazer, não apenas audiências públicas, mas um grande seminário sobre segurança pública na Bahia, e debater esses temas tão profundos, como, por exemplo, a questão da descriminalização da maconha. Esse é outro debate que nós precisamos fazer de maneira séria, porque as máfias que são organizadas através do tráfico, hoje, estão relacionadas à criminalização dessa substância que nós sabemos que, em grande medida, é uma substância, inclusive, medicinal. Nós não podemos

tornar o debate tão rasteiro, muito menos as ações da polícia serem voltadas apenas para a repressão.

Há muito debate a ser feito, mas ele é urgente, porque a sociedade, como eu disse, não apenas a baiana, mas também a brasileira está conflagrada. Mas a sociedade baiana, infelizmente, tem se destacado muito.

Queria aqui destacar a presença do Sindsemp, dos trabalhadores do Ministério Público; e do Sintaj também, dos trabalhadores do Judiciário baiano, que estão na expectativa da aprovação do seu projeto de reajuste. Quero dizer aqui que é uma falsa polêmica essa ideia de criação de novos cargos. Não existe criação de novos cargos, o que existe é a transformação de cargos de motorista para técnicos administrativos, que são fundamentais para que a gente tenha o fortalecimento do Ministério Público.

Hoje, a Bahia padece, grande parte do seu território padece da assistência do Ministério Público, e não adianta ter concurso para promotor se não se tem nenhum assistente administrativo que possa ancorar a organização da ação do Ministério Público. Da mesma forma, o reajuste dos trabalhadores do Judiciário. Parece-me que tem um pequeno reajuste de gratificação, mas é algo completamente incipiente, se nós considerarmos o montante do Orçamento do governo do estado. Então nós precisamos aprovar esses dois projetos hoje, em benefício das duas categorias: do Judiciário baiano e do Ministério Público. Ou seja, nosso sistema de Justiça, nossos trabalhadores e trabalhadoras.

Sr. Presidente, não poderia deixar de me pronunciar aqui também em relação à visita que tivemos do Fórum das ADs, um fórum que reúne todos os sindicatos de docentes das nossas universidades estaduais. Eles trouxeram dados que são eloquentes em relação à situação das nossas universidades, hoje, que são centrais para o enfrentamento de qualquer problema social, inclusive o problema da violência.

Nós não podemos ver a universidade minguar, ter os seus recursos minguados dessa forma. O Fórum das ADs mostrou dados que são impressionantes. Nós tínhamos, em 2015, cerca de 5,23% da RLI, a Receita Líquida de Impostos, dedicados às nossas universidades. Esse...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) número, em 2021, caiu para 3,12%, e nós temos hoje uma situação em que, nos mais variados aspectos da vida da universidade, a diferença entre o que é orçado e o que é executado varia entre 15% e 64%. Assim não é possível ter uma universidade em funcionamento que faça...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) pesquisa, faça extensão universitária, numa Bahia que tanto precisa – para concluir, Sr. Presidente – das suas universidades contribuindo com as regiões, com o conhecimento universal, fazendo tão bonito como as nossas universidades fazem, mas sem qualquer condição orçamentária, deputado Pancadinha, deputada Olívia Santana, para realizar esse feito que é tão importante para a Bahia.

Portanto, nós apresentamos o projeto nesta Casa de 7% da RLI para as universidades estaduais e nós precisamos ver isso virar uma realidade. Especialmente no governo de Jerônimo, que é um professor, um professor universitário que entende

o que nós estamos falando e sabe que nós não mudaremos o curso desta Bahia, que eu não me canso de dizer que é a sexta economia, mas é o 22º estado em Índice de Desenvolvimento Humano. Não mudaremos esse curso sem investimento sério nas universidades. Queremos 7% da RLI para as universidades, já! E fim do contingenciamento dos recursos orçamentários.

(As galerias se manifestam com palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan. Alan vai falar?

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Não.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Diego Castro.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, todos os presentes aqui nesta Casa no dia de hoje, eu apenas queria dar sequência ao discurso do meu colega Leandro de Jesus e peço que todos ouçam atentamente.

(O Sr. Deputado reproduz áudio por meio do aparelho celular: “(...) *Para dizer que esse movimento, no Extremo Sul da Bahia, age criminalmente quando alguém diz ‘não’ para eles, a Bahia precisa mudar a história das ações do MST.*”)

Palavras da Sr.^a Vanuza dos Santos de Souza, ex-participante do Acampamento São João, que fica no Extremo Sul do estado da Bahia, em que ela diz também que, no Extremo Sul do estado da Bahia, o MST age de maneira criminoso quando alguém diz “não” para eles, como está no áudio. Completa-se também, na sequência do depoimento, lá da CPMI, o Sr. Elivaldo da Silva Costa, o Liva, em que ele diz promover as invasões ilegais colocando as pessoas na área e, depois que a área está dominada, começa a alugar terras. Em outro momento, o próprio afirma que o MST não tem interesse em fazer o assentamento de uma área que é rentável para os líderes.

Por que, presidente? Estou trazendo, mais uma vez, à discussão essa questão aqui hoje, não só em virtude dos fatos que se elucidaram ontem na CPI, mas também para mostrar o quão importante é atentarmos para essa questão! Não podemos mais fechar os olhos e não podem ficar impunes aqueles praticantes de atos de banditismo no Sul da Bahia! De um movimento que, para começar, não tem nenhuma personalidade jurídica, porque todo marginal, todo criminoso foge de andar à luz da legalidade. É o caso do MST!

Sim! Eles que são os opressores da história! Usam tanto o Paulo Freire para falar de opressores e oprimidos, e olha aqui quem estão sendo os opressores e quem estão sendo os oprimidos. O movimento que diz lutar pela reforma agrária está na condição de opressor, e o povo está na condição de oprimido. Essa é a hipocrisia da esquerda! Essa é a hipocrisia desses movimentos ilegítimos que, repito, não têm personalidade jurídica! Então não podem ser enxergados, sequer, como parte interessada para discutir essas questões e não podem estar compartilhando mesa, falando por um povo que não representa, como os desassentados no Extremo Sul!

Também a matéria do jornal *O Liberal* relata: (lê) “(...) *ex-militante diz ter sido expulsa de assentamento no sul da Bahia.*” É assim que eles trabalham com a democracia deles, igual à de Cuba! Quem não concorda com a cartilha ideológica e se não reza com a cartilha de opressão desses (Expressão retirada pela Presidência.) está sujeito a esse tipo de tratamento. No momento inicial, a depoente diz que ela errou, pois ela acreditou no conto da carochinha. Também, no trecho final do seu depoimento, ela ressalta que quem não vota nos partidos de esquerda – e citou o PT – está sujeito a tomar esse tipo de repressão.

Então, mais uma vez, quero reforçar a importância da CPI do MST...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e, onde couber a nós, dar todo o auxílio possível ao que está acontecendo, lá, em Brasília, porque esses atos de banditismo não podem ficar impunes.

Para concluir, presidente, com a sua tolerância, falo dos mandatários. O ministro dos Direitos Humanos, da mesma forma que ele teve a iniciativa para condenar, indiretamente, os policiais daqui ao acionar a Ouvidoria para já oprimir esses, ele tome a iniciativa para ver o que está acontecendo com os assentados e oprimidos pelo MST, defendidos pela esquerda, e tome uma atitude!

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Concluindo, presidente, que ele não pegue, daqui a velha história popular do (Expressão retirada pela Presidência.). O que é a história do (Expressão retirada pela Presidência.)? O cidadão chega à sua casa, encontra o seu cônjuge com outro no sofá e fala: “Eu tenho que trocar esse sofá para resolver o problema”; e não decide encerrar a sua relação com o cônjuge.

Esta é a situação desses que se dizem defensores do povo e fazem vista grossa aos problemas, porque responde a esses que estão compondo parte desses atos banditismo.

Muito obrigado, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Solicito ao Departamento de Taquigrafia retirar os termos usados pelo deputado Diego.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra a deputada Olívia Santana.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, visitantes desta Casa, venho a esta tribuna para fazer a minha fala referente ao Agosto Lilás. É muito importante que não só as mulheres, mas os homens, melhor, as pessoas que têm de fato algum compromisso com o ideário de justiça de uma sociedade decente, que se afaste deste estado de barbárie ao qual o Brasil chegou e compreenda a importância deste mês de mobilização em defesa da vida das mulheres.

Nós precisamos de mais investimentos no combate à violência contra as mulheres. Esse investimento tem de passar, sobretudo, por um trabalho de educação,

investimentos em educação, reestruturação das mentalidades deste povo. Nós somos parte de uma região muito marcada pelo coronelismo, pelo machismo, pela misoginia.

É muito estarrecedor a gente ainda ter dados como este de que, no ano de 2022, 95 mulheres foram mortas por serem mulheres. Chamamos a esses assassinatos de assassinatos por razões de gênero, deputado Hilton, deputado Alan Sanches. Mulheres não podem continuar morrendo, porque são mulheres, porque o namorado ou o marido, aquele que deveria ser seu companheiro e seu parceiro se transforma em algoz, porque tem uma mentalidade completamente capturada pelo ideário da possessividade. A possessividade não é amor! Nós não queremos esse tipo de sentimento nas nossas vidas. Quem ama liberta, respeita, não mata, não maltrata, não violenta.

No Brasil, em 2022, apenas em 2022, 1.400 mulheres morreram vítimas de feminicídio. Isso é um escândalo! Imaginem o seguinte: se a gente tivesse esses dados em relação aos nossos maridos, nossos namorados, nossos homens desta sociedade, será que o tratamento seria o mesmo? É preciso investir. Nós precisamos de investimentos no enfrentamento da violência contra a mulher. É preciso ter uma rede vigorosa de atendimento a mulheres em situação de violência nos 27 territórios de identidade da nossa Bahia.

Queria um pouquinho de água, por favor.

Nós precisamos que as escolas... As escolas precisam educar para libertar, para dar orientação.

(O garçom serve a deputada.)

Obrigada.

O Brasil é um país atrasado. Nossas escolas não têm orientação sexual. E orientação sexual, gente, é educação sexual. Os meninos precisam aprender a respeitar os corpos das meninas. Meninas não podem sofrer violência, porque estavam com *cropped*, porque estava de biquíni. Seja lá com o que seja, com o que for. O corpo da mulher só pertence a uma pessoa: àquela mulher. Não é um território a ser devastado, dominado, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) conquistado e destruído através da violência sexual, através da violência letal, que nós chamamos de feminicídio.

Então, presidente, eu encerro a minha fala fazendo um apelo a todos os deputados presentes. É fundamental que a proposta que nós levantamos, coletivamente, deputada Fabíola, todas as dez deputadas, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) para que haja o mecanismo de colocar, também, como emenda impositiva, pelo menos, 5 a 10% das nossas emendas parlamentares, para contribuir com o combate à violência contra a mulher no estado da Bahia.

Quero saudar a secretária de Política para as Mulheres, Elisangela, e aproveitar para desejar a ela muita força. Eu já fui secretária. Sei que é um dos maiores desafios que uma mulher pode ter: ser secretária de Política para as Mulheres para lidar com

este universo de letalidade absurda e assombrosa que nos assemelha ao estado de absoluta barbárie.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para concluir, deputada.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Digam sim à vida! Digam não à violência contra as mulheres! Toda violência contra a mulher é absurda e não pode ser sustentada!

Obrigada pela sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Alan Sanches, nobre líder.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, deputados e deputadas, mais uma vez, eu não vou me cansar de falar sobre este tema que é essa infelicidade da fila da Regulação.

Para V. Ex.^{as} terem conhecimento do que é a fila da Regulação, vou tentar ser bem didático aqui. Sr. Presidente, um paciente tem um quadro que se julga emergencial. Ele vai se dirigir à unidade de emergência. Em Salvador, há 11 UPAs, se não me falha a memória. E uma dessas unidades fará a admissão ou o acolhimento desse paciente. A partir daí, depois do atendimento do médico, o médico percebe que aquele paciente precisa do internamento em média ou alta complexidade. Ele irá fazer o registro, o cadastro desse paciente na tela da Regulação, no sistema que se chama Surem, colocando os exames necessários de raio-X, ECG, hemograma e o que se faz necessário.

A partir daí, nesse sistema, o paciente será monitorado pelo corpo clínico, digamos assim, dos médicos da Regulação. Segundo a secretária da Saúde, são 35 médicos no período da manhã e 15 médicos à tarde, totalizando 50 médicos reguladores. Aí é o problema! A partir daí, ele faz um trabalho, todos eles, de hierarquização desses pacientes. Ou seja, digamos assim, ele, médico ou médica, vai fazer o seu julgamento e vai dizer “esse é mais grave, esse é menos grave”.

Mas, até hoje, por mais que exista esse sistema chamado de fila da morte, fila da Regulação, isso não funciona! Ontem, um colega nosso de Campo Formoso, o deputado Júnior Nascimento, disse: “Gente, eu recebi 45 solicitações para a Regulação.” Como um deputado apenas desta Casa... Eu tenho certeza de que todos os gabinetes de V. Ex.^{as} estão recebendo o mesmo tipo de pedido. Como um deputado desta Casa pode dizer que essa fila da Regulação está correta, gente?! Não é possível!

Este tema foi batido e discutido durante a campanha eleitoral, dizendo que ia se resolver a chamada fila da morte. Agora, além da fila da morte, esse procedimento se transformou em fila da tortura. As famílias são torturadas pedindo a um, pedindo a dois, a três, a quem quer que seja, colocando os pacientes na rede social para tentar, de alguma forma, sensibilizar e salvar o seu ente querido.

Mas esta Casa não pode ficar calada, Sr. Presidente! Não é possível que, até hoje, a secretária da Saúde não tenha apresentado um planejamento sobre a Regulação. Não

é possível que esta Casa continue...E V. Ex.^a, como presidente, precisa cobrar isso! A sociedade baiana não pode continuar sofrendo como está!

É a criação de hospitais... Agora, se vem dizer dizer que o Hospital Metropolitano está funcionando? Mentira! Mentira! Ele foi criado com pompas e festas para dizer que nós teríamos serviços de neurologia, hemodinâmica, etc. Eu quero que mostrem isso para a gente.

Vamos voltar atrás! Vamos falar, agora, do Hospital da Mulher. Eu quero saber quem consegue entrar naquele hospital, porque é um hospital de mentira também! Não adianta! Quando ele começou a funcionar, no 1º ano da criação, eu perguntei: quantas cirurgias e procedimentos cirúrgicos o Hospital da Mulher tinha feito? Nunca chegou a esta Casa uma resposta, porque ali é de enganação! Pegam alguns casos graves, alguns casos que estão salvando vidas, mas ele não consegue, repito, ele não consegue, o tamanho daquele hospital, atender às demandas necessárias.

Eu acho que se está brincando de fazer saúde no governo do estado. As pessoas estão sofrendo. As pessoas estão morrendo.

E esta Casa, como poder moderador, como Poder Legislativo, precisa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Calma, Sr. Presidente, eu ainda tenho tempo. V. Ex.^a deu mais de 1 minuto à deputada Olívia e já quer falar que meu tempo está terminando? Calma!

Este é um tema espinhoso, é um tema ruim para o governo do estado, é um tema que, até hoje, o estado não conseguiu resolver e trazer, amigos e amigas, uma linha de acalento para a nossa população! Não existe uma linha ou um planejamento da Secretaria da Saúde, até hoje, sobre Regulação...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) porque acha ou acredita que a gente tem, aqui, apenas de padecer com o sofrimento alheio.

Eu, como médico, como ortopedista, como deputado, não aceitarei isso! Ficarei, aqui, todos os dias, levantando a minha voz, nesta tribuna, até que alguma coisa seja feita para diminuir o sofrimento da nossa população!

Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Marquinho Viana: Não sou eu, presidente?

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Calma, deputado Marquinho Viana.

Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, imprensa, servidoras, servidores, visitantes, querido amigo Tarso, eu o vejo com alegria.

Sr. Presidente, eu vi, agora, o deputado Alan, meu querido colega a quem eu respeito bastante, falar da Regulação. Primeiro, eu ouvi esta semana, aí, nos blogs da cidade, que o sumido voltou e orientou ao dizer: “Olha, vocês estão muito carinhosos na Assembleia, precisam ser mais duros na Assembleia.” (Risos) Querido Alan, eu tenho um carinho muito grande por V. Ex.^a, médico que é.

Agora, imagine, presidente, como era este estado antes dos governos do PT! Era sem o Hospital da Mulher, sem o Hospital Costa do Cacau, sem Hospital Metropolitano. O Hospital Roberto Santos estava sofrendo com tudo. Eu vou levar o meu querido Alan para a gente fazer uma visita ao hospital. Era sem o Hospital Clériston Andrade, sem o Hospital da Criança, em Feira de Santana.

Ou seja, nós criamos hospitais e policlínicas que mudaram, consideravelmente, a vida da população baiana no quesito saúde. Isso, não sou eu quem diz, mas é a população baiana quem fala do atendimento à saúde.

O problema é que as pessoas não tinham onde reclamar. Hoje é público. Você tem, sim, uma rede da Regulação onde as pessoas se cadastram e têm acesso para saber como está ali para ser atendido.

Têm alguns casos que demoram, sim, porque há especialidades que, às vezes, não têm o atendimento ou o local ou o especialista no tempo necessário que gostariam que tivesse. O problema é que, no passado, não tinha a divulgação dessas filas. As pessoas morriam sem chegar ao hospital. Quem tinha acesso aos hospitais públicos eram os amigos dos políticos. Esta fila existente hoje dá condição para que qualquer pessoa...

Cheguei a Itapetinga, na semana passada, e uma mulher veio me agradecer, porque esteve, lá, uma UTI para pegar uma criança para trazer para Salvador para ter um atendimento. Ela me disse: “Deputado, se fosse em outro período, minha filhinha teria morrido por falta de atendimento, porque só havia atendimento, no passado, para os amigos dos políticos ou para os políticos. Quando tinha um problema, o estado mandava o avião buscar aqui.”

Agora, é uma UTI pegando uma pessoa pobre da periferia, que teve um atendimento digno no Hospital da Cidade, em Salvador. Logicamente, nós temos problemas. E precisamos resolver esses problemas. A cada dia se criam novas alternativas de atendimento à saúde.

Deputado Alan Sanches, eu entendo V. Ex.^a, mas acho que nós precisamos fazer uma visita conjunta a esses hospitais para ver a forma humanizada de atendimento, como as pessoas se sentem no atendimento e de que maneira, hoje, a população consegue ser atendida.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Logicamente, há os problemas que nós precisamos resolver nas nossas filas.

Presidente, quero informar, já, de antemão, que, em acordo com o deputado Alan, nós iremos votar os projetos do Tribunal de Justiça e do Ministério Público. Eu espero que a gente possa, aqui, se não tiver muitos interessados em falar nos tempos

partidários, que a gente possa, obviamente, dar a todos a oportunidade de falar, mas que a gente fosse, imediatamente, para a Ordem do Dia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Líder e deputado Rosemberg Pinto, por sugestão do líder, ele gostaria de suspender o Horário das Representações Partidárias e entrar direto na votação. Pode ser?

O Sr. Rosemberg Pinto: O.k. Pode ser.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Vamos lá.

Deputado Hilton, você se opõe? Não.

O Sr. Hilton Coelho: Não, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): O.k.

Srs. Deputados, vamos para a Ordem do Dia por sugestão dos líderes.

O Sr. Alan Sanches: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

O Sr. Alan Sanches: Sr. Presidente, eu quero, até deixar registrado que, mais uma vez, a palavra que eu vou utilizar é acordo, ou seja, acordo no Plenário, acordo com o líder do Governo, deputado Rosemberg. Digo porque, às vezes, há alguns questionamentos sobre isso.

Então, eu não digo nem que a gente retire os tempos. Se houver algum deputado, de ambas as partes, que queira falar, após a votação, se V. Ex.^a assim deliberar, continuam os discursos. Mas sugiro a gente entrar na votação, porque, hoje, eu recebi algumas solicitações de ambos os lados.

Há um deputado que tem uma agenda pois, mais tarde, ele precisaria pegar o voo ainda hoje. Isso se for da tolerância de V. Ex.^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não.

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Então, vamos para a Ordem do Dia.

Depois, quanto aos deputados que quiserem se manifestar, a gente continua.

Nós temos projetos para serem votados. Há o projeto do Ministério Público, que é o mesmo projeto do aumento que já foi concedido para os outros poderes, inclusive, é retroativo à data dos outros poderes, a exemplo do Tribunal de Contas dos Municípios, do Tribunal de Contas do Estado e da Assembleia Legislativa. Então, um projeto normal, como também é o projeto do Ministério Público. O deputado Vitor eu acho que tem interesse.

Temos também, aqui, projetos de utilidade pública que nós vamos votar. Também, não têm problema. Há um projeto, por acordo, haja vista a nossa colega e deputada Maria del Carmen estar aniversariando amanhã. Então, por uma questão de homenagem, nós vamos votar um projeto em homenagem a ela. O.k.?!

Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ordem do Dia.

(Lê) “Requerimento

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 25.007/3023, de autoria do Ministério Público que Estabelece percentual de revisão geral incidente sobre os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, altera os anexos da Lei 8.966 de 22 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

Sala das Sessões 09 de agosto de 2023.

Deputado Rosenberg Pinto

Líder da Maioria

Deputado Alan Sanches

Líder da Minoria”

Passo à leitura de outro documento.

(Lê) “Requerimento

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Exa., a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Lei nº 24.971/3023, de autoria do Tribunal de Justiça do Estado que Reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2023.

Deputado Rosenberg Pinto

Líder da Maioria

Deputado Alan Sanches

Líder da Minoria”

Para relatar o projeto do Tribunal de Justiça, com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar o projeto do Tribunal de Justiça, com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, por delegação do deputado e líder Rosenberg Pinto, este deputado Robinson Almeida relata o presente projeto de origem do Tribunal de Justiça.

(Lê) “PARECER

da Comissão de Constituição e Justiça, Educação, Cultura Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 24.971/2023, de autoria do Poder Judiciário, o qual 'Reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em

comissão no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.'

O projeto que ora venho relatar, por designação do Sr. Presidente da Mesa dos trabalhos desta Sessão Plenária, encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Exmº Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, propõe o reajuste dos vencimentos dos cargos efetivos e comissionados no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia no exercício de 2023. O reajuste proposto é da ordem de 4%, retroativo a 01 de fevereiro de 2023, esclarecendo o Sr. Presidente do Tribunal de Justiça que a proposta 'foi elaborada com observância dos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas decorrentes da aprovação do projeto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia.'

A proposição não recebeu emendas dos Parlamentares desta Casa, e considerando que atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, bem como por não haver restrições quanto ao mérito, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Judiciário.

É o parecer, Sr. Presidente. ”

Para finalizar, também quero saudar todo o segmento do Ministério Público, seus trabalhadores, efetivos e comissionados, que terão desta Casa a aprovação de matéria que reajusta seus vencimentos.

Um abraço a todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões o parecer que acaba de ser lido pelo deputado Robinson Almeida.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Lei nº 24.971/2023, em 1ª discussão, por unanimidade.

PROJETO DE LEI N. 24.971/2023

Reajusta os vencimentos e vantagens dos cargos efetivos e dos cargos em comissão, no âmbito do Poder Judiciário do Estado da Bahia, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O vencimento básico e as vantagens pessoais incorporadas e/ou integradas em valor nominal dos cargos de provimento permanente, bem como os símbolos dos cargos de provimento temporário do Quadro de Pessoal do Poder Judiciário do Estado da Bahia, ficam reajustados em 4% (quatro por cento).

Art. 2º As vantagens pessoais instituídas por meio das Leis ns. 7.816/2001, 7.885/2001, 11.919/2010 e 14.027/2018, quais sejam, Vantagem Pessoal de Eficiência, Vantagem Pessoal de Incentivo e Gratificação Especial de Eficiência, terão valor nominal único de R\$ 1.462,48 (um mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta e oito centavos), respeitado o princípio da irredutibilidade de vencimentos.

Parágrafo único. O percentual de reajuste especificado no art. 1º desta Lei não incidirá sobre o valor estabelecido no caput deste artigo.

Art. 3º Os proventos de inatividade e as pensões que observam o direito à paridade constitucional, referentes aos servidores do Poder Judiciário Estadual, serão revistos na mesma data, condições e percentual previstas nesta Lei para os servidores em atividade, não podendo resultar em valores distintos dos ora concedidos ao servidor ativo em igual situação.

Art. 4º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Judiciário do Estado da Bahia, respeitando o limite previsto na Lei Federal de Responsabilidade Fiscal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições contrárias, com efeitos financeiros retroativos a 01 de fevereiro de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Jerônimo Rodrigues
Governador

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Lembrando que votaremos esses projetos, obrigatoriamente, em segunda votação assim que terminarmos esta sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Projeto do Ministério Público. Para relatar, o deputado Alan Sanches. É o Projeto de Lei nº 25.007/2023, de autoria do Ministério Público.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, com o acordo de lideranças, aqui, no processo legislativo de votação, passo agora, como membro da CCJ, a relatar o projeto de reajuste em 4% os vencimentos de uma outra instituição, que é o Ministério Público.

(Lê): “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 25.007/2023, de autoria do Ministério Público, o qual 'Estabelece percentual de revisão geral incidente sobre os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, altera os anexos da Lei 8.966, de 22 de dezembro de 2003, e dá outras providências.'

Encaminha, à Assembleia Legislativa, a Exm^a Sr^a Procuradora-Geral de Justiça do Estado, projeto de lei propondo reajuste dos vencimentos, gratificações e

proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público Estadual. A proposição ora em análise concede o reajuste linear no índice de 4% a partir de 1º de fevereiro do ano em curso, seguindo o mesmo percentual e período de vigência aplicado pelos demais Poderes do Estado para os seus respectivos servidores.", igualando todas as categorias, ou seja, os servidores públicos de todas as instituições do estado.

“(...) Informa também a senhora procuradora-geral de Justiça, ‘que o impacto orçamentário anual do reajuste linear e demais propostas constantes desse projeto é passível de absorção pelo orçamento da instituição’, destacando ainda que ‘a participação da despesa total de pessoal sobre a receita corrente líquida, considerando as despesas desta proposição, em 2023, é perfeitamente absorvida dentro do limite prudencial de 1,90% que, conforme publicado no relatório do último quadrimestre, estava em 1,25%’.

O projeto não recebeu emendas e considerando que atende aos requisitos de constitucionalidade e legalidade, além de inexistirem óbices...”

Eu quero fazer um parêntese informando que ontem conversei com o chefe de gabinete do Ministério Público a pedido, inclusive, do deputado Pedro Tavares, esclarecendo alguns pontos. Conversei também com o deputado Rosemberg sobre esse projeto porque, às vezes, a letra fria da lei não traz as observações que poderiam ser questionadas nesta Casa.

E hoje também, pela manhã, novamente me sentei com o deputado Rosemberg e esclarecemos também com o chefe de gabinete, Pedro Maia, que já esteve algumas vezes aqui, nesta Casa, esclarecendo os pontos divergentes.

(Lê) *“(...) quanto ao mérito, opino pela sua aprovação, na forma originalmente apresentada pelo Ministério Público.*

É o parecer, s.m.j.”

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado Alan.

Em votação no âmbito das Comissões.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovado.

Em votação no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o **Projeto de Lei nº 25.007/2023, em 1ª discussão, por unanimidade.**

PROJETO DE LEI Nº 25.007/2023

Estabelece percentual de revisão geral incidente sobre os vencimentos, gratificações e proventos dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia, altera os anexos da Lei 8.966 de 22 de dezembro de 2003 e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica estabelecido o percentual de 04% (quatro por cento), a título de revisão geral, incidente sobre os vencimentos e gratificações dos servidores, as funções de confiança e os cargos em comissão do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 2º Os proventos e pensões serão revistos na mesma proporção e condições previstas nesta Lei.

Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado da Bahia constante do Anexo II da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, mediante a extinção de 22 (vinte e dois) cargos de Motoristas para a criação de 22 (vinte e dois) cargos de Assistentes Técnicos-Administrativos.

Parágrafo único - Aplica-se quanto aos requisitos de investidura, seleção, provimento e lotação dos cargos de Assistentes Técnicos-Administrativos, criados pelo caput deste artigo, o disposto na Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003.

Art. 4º Os Anexos da Lei nº 8.966, de 22 de dezembro de 2003, passam a ser os Anexos constantes dessa Lei.

Art. 5º As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta dos recursos orçamentários próprios do Ministério Público do Estado da Bahia.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de fevereiro de 2023.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

Jerônimo Rodrigues
Governador

ANEXO I					
ANALISTA TÉCNICO					
Vencimento Básico		Gratificação por Competência			
		Classes	Níveis/Valor R\$		
Classes	Valor R\$		1	2	3
I	4.487,98	I	1.912,31	2.103,51	2.974,98
II	5.161,19	II	3.569,98	3.926,97	4.319,68
III	5.935,37	III	5.183,62	5.702,00	6.272,15
IV	6.825,68	IV	7.526,64	8.279,27	9.107,20
V	7.849,54	V	10.017,92	11.019,70	12.121,67

ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO E MOTORISTA					
Vencimento Básico		Gratificação por Competência			
		Classes	Níveis/Valor R\$		
Classes	Valor R\$		1	2	3
I	2.463,29	I	1.089,58	1.307,44	1.568,98
II	2.709,62	II	1.882,76	2.071,06	2.278,15
III	2.980,60	III	2.733,81	3.007,18	3.307,90
IV	3.278,65	IV	3.969,50	4.366,43	4.803,06
V	3.606,50	V	5.763,67	6.340,04	6.974,05

QUADRO ESPECIAL - (Cargos a serem extintos à medida que vagarem)Redação de acordo com a Lei nº 14.469, de 13 de maio de 2022.					
Cargo	A	B	C	D	E
Auxiliar de Serviços Gerais	1.145,45	1.317,25	1.514,83	1.742,08	2.003,38

ANEXO II
ASSISTENTE TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, MOTORISTA E ANALISTA TÉCNICO
QUANTITATIVO DE CARGOS

	Assistente Técnico-Administrativo	Motorista	Analista Técnico
Total	1001	96	360

ANEXO III
FUNÇÕES DE CONFIANÇA

SÍMBOLO	NOMENCLATURA	QUANTITATIVO	VENCIMENTO (R\$)
FMP-2	Assistente de Auditoria Interna I	1	4.042,26
	Assistente de Gestão I	12	
	Assistente de Segurança Institucional I	2	
FMP-1	Assistente de Auditoria Interna II	4	3.095,73
	Assistente de Gestão II	35	
	Assistente de Segurança Institucional II	6	

	CARGOS EM COMISSÃO		
Símbolo	Cargo	Quantitativo	Vencimento (R\$)
CMP – 7	Superintendente	1	9.190,45
CMP – 6	Assessor de Gabinete	5	7.237,48
	Assistente Militar	1	
	Coordenador Executivo	1	
	Diretor	7	
CMP – 5	Ajudante de Ordens	1	5.263,62
	Assessor de Comunicação Social I	1	
	Assessor Jurídico	57	
	Assessor Técnico Jurídico	1	
	Assessor Técnico Pericial	9	
	Assessor Técnico de Inteligência I	1	
	Coordenador Técnico	10	
CMP – 4	Assessor de Comunicação Social II	1	4.042,26
	Assessor Administrativo	5	
	Assessor Técnico	5	
	Assessor Técnico de Inteligência II	1	
	Coordenador Administrativo I	10	
	Gerente Administrativo Regional	29	
	Gerente	12	
CMP – 3	Coordenador Administrativo II	23	3.095,73
	Oficial Administrativo I	17	
CMP – 2	Coordenador Administrativo III	32	1.547,61
	Oficial Administrativo II	56	
	Assessor Técnico Jurídico de Promotoria	500	
CMP – 1	Oficial Administrativo I	52	928,55

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Gostaria de dizer, mais uma vez, que a votação é dessa forma por ter havido acordo entre as lideranças.

Próximo projeto...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Pablo para falar sobre o projeto do Ministério Público.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Srs. Deputados, Sr.^{as} Deputadas, Sr. Presidente, pessoas que nos acompanham aqui na tribuna.

Eu quero apenas trazer, Sr. Presidente, algumas questões com relação, caro líder do Governo, deputado Rosenberg, a esse projeto do Ministério Público.

Primeiro, eu quero dizer que sou completamente favorável ao projeto no que diz respeito a conceder o reajuste dos 4%, até porque assim aconteceu com todos os outros servidores estaduais e não é justo que isso não aconteça com o Ministério Público.

Mas ontem, ao tomar conhecimento de que essa matéria iria tramitar hoje aqui na Casa, eu procurei estudar e pesquisar todas as leis no que diz respeito à estrutura do

Ministério Público, à criação de cargos. E essa proposta que está sendo mandada para cá, que nós vamos votar daqui a pouco, que altera o anexo da Lei nº 8.966/2003, ela não concede apenas, deputado Hilton, os 4% de reajuste.

Se você parar para analisar, ela está criando também, aproximadamente, 400 cargos. Nós temos aqui... Nós recebemos a informação inicial de que apenas uma alteração iria acontecer no que diz respeito aos motoristas e os assistentes administrativos, que iria extinguir 20 cargos de motorista e criar 20 cargos de assistente técnico.

Bem, isso tudo aconteceu. Só que, quando você olha, analisa o anexo 3, nós estamos criando hoje aqui mais cinco cargos de assistente de gestão I, nós estamos criando mais 15 cargos de assistente de gestão II, nós estamos criando 51 cargos de assessor jurídico, porque, nas leis anteriores, só havia a previsão de seis cargos. Assessor técnico jurídico da promotoria, só foram encontradas duas leis: uma que fala da instituição de 120 cargos... de 100 cargos. Ou seja, nos moldes em que está essa lei, a não ser que tenha havido um equívoco na redação ou se precisa apresentar para nós, deputados, quais são as leis que criaram esses outros 280 cargos que não aparecem nem na Lei nº 10.703, nem na Lei nº 14.044, nem na Lei nº 14.168, que disciplinaram e que alteraram o quadro de funcionários do Ministério Público anteriormente.

Então, nós... eu, particularmente, não vejo qualquer tipo de dificuldade, de obstáculo para se reorganizar a estrutura do Ministério Público, porque eu sei da importância, mas o que não pode é a matéria chegar aqui com uma orientação, com um esclarecimento, dizendo que é uma coisa, e, quando você para, analisa e estuda o projeto, outra coisa acontece. Então, eu quero pedir que, por favor, tanto o meu líder, deputado Alan, com quem nós conversamos longamente com relação a isso, como o líder do Governo também, o deputado Rosemberg, com quem nós conversamos recentemente, que possam, Sr. Presidente, antes da votação desse projeto, apresentar quais são as leis que já falam da previsão para esses 280 cargos. Caso contrário, o que nós faremos aqui, na tarde de hoje, além do reajuste, é também a criação, na estrutura do Ministério Público, de 400 cargos, aproximadamente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem do deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, na realidade, vai no sentido de esclarecer ao deputado Pablo com relação ao questionamento, aos cargos que, supostamente, parecem ser criados por esse projeto. Na realidade, deputado Pablo, o projeto de lei... aliás, a Lei nº 14.168 criou os 400 cargos de assessoria de promotoria. Foi a lei de 2019. Na época, a promotora chefe era a Dra. Ediene. Logo, foram criados 100 cargos de assessoria no Ministério Público através da Lei nº 14.044/2018, e depois foram criados mais 400 cargos na Lei nº 14.168.

Veja bem, essas leis, inclusive, sofreram um questionamento pelo Conselho, que está questionando a validade desses cargos que foram criados. Isso está em

questionamento. E tem uma lei que nós votamos no ano passado, a Lei nº 14.483, de 8 de setembro de 2022, que alterou as funções de confiança. Então, essa lei também faz esse ajustamento.

Então, essa lei atual que nós estamos... esse projeto de lei, agora, não cria cargo. Talvez o formato como veio o projeto, com esses anexos, é que, quando a gente vai verificar, dá uma ideia de criação de cargos, mas extingue os cargos de motorista e os transforma em cargos de assessoria.

O Sr. Pablo Roberto: Sr. Presidente, pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pela ordem, deputado Pablo Roberto.

O Sr. Pablo Roberto: Dizer, caro deputado Rosemberg, líder do Governo, que as duas leis de que V. Ex.^a fala, tanto a de nº 14.168, que cria 120 cargos, está aqui, e a Lei nº 14.044, que cria mais 100 cargos de assessor jurídico, também está aqui. E não tem outra legislação recente...

O Sr. Rosemberg Pinto: Está aqui: promotor de justiça, 419.

O Sr. Pablo Roberto: Calma! Aqui é o cargo de promotor de justiça, mas o que nós estamos discutindo é o cargo de assessor técnico jurídico de promotor. Nós temos nas leis anteriores, tanto a de 2018 como a de 2019, 220 cargos criados. O que nós estamos discutindo aqui, na minuta que chegou e que será votada daqui a pouco, é a criação de 500 cargos de assessor técnico jurídico. Se nós já temos 220, estamos criando aqui, na tarde de hoje, mais 280 cargos. Então, ou aparece a lei anterior que diz que já existem esses 280 cargos ou nós os aprovaremos aqui... Ou, eu acredito, pode ter ocorrido um equívoco na digitação dessa minuta e nós estamos...

O Sr. Rosemberg Pinto: Então, então...

O Sr. Pablo Roberto: Mas não é só isso. Para concluir, rapidinho. Além dos cargos de assessor técnico jurídico da promotoria, nós estamos criando aqui mais 52 também, porque nenhuma dessas leis anteriores que mexeram na estrutura organizacional do MP têm a previsão de oficial administrativo. Então, estamos criando 52.

Outra coisa, assessor jurídico, nós só temos seis cargos criados na estrutura do Ministério Público, mas nós estamos votando aqui, hoje, 57. Então, nós estamos criando mais 51, mais 51. Somando, nós estamos aprovando aqui, hoje, caso essa matéria prospere, aproximadamente 400 cargos.

Ou chega o esclarecimento de quais são as leis que, de fato, criaram esses 400 cargos ou nós não temos, Sr. Presidente, condição de na tarde de hoje votar o projeto da forma que ele está. Esta é a realidade. Porque não há, nós pesquisamos isso muito a fundo, em lugar nenhum de lei anterior a criação desses 280 cargos de assessor jurídico.

O Sr. Rosemberg Pinto: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Com a palavra o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, na realidade, é o seguinte: é porque o formato como o Ministério Público...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Inclusive, deputado Pablo, ontem, eu tive a oportunidade de falar com o Dr. Pedro Maia. Não se trata de criação de cargo,

trata de mudança, como está redigido, até porque o governo... Nós não votamos ontem justamente por isso, para ver se o projeto trazia aumento de despesa para o Ministério Público nessa conjuntura do estado.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

O Sr. Rosenberg Pinto: Presidente, para a gente chegar a um bom termo aqui, até porque a matéria já foi votada, para não ficar com algum prejuízo, o que nós estamos votando, e isso fica registrado, são os 4%, a extinção dos cargos de motorista e a transformação desses cargos em assistente administrativo I. Essa foi a síntese da votação dos 63 deputados aqui.

Qual é o meu compromisso, aqui, com os deputados da Casa? Até porque nós encaminhamos por acordo aqui, eu e o deputado Alan, é responsabilidade minha e responsabilidade do deputado Alan. Inclusive, ele foi o relator do projeto. Nós vamos, na segunda-feira, fazer uma reunião com o Ministério Público e traremos isso aqui explicado, e na próxima sessão vamos apresentar, exatamente por cada função, o número de cargos que existem nas leis aprovadas por esta Casa. Porque a lei hoje, aqui, não está aprovando anexo algum. A lei está aprovando a extinção dos 22 cargos de motorista e a criação de 22 cargos de assistente técnico I. Então, isso fica registrado. O deputado Pablo trouxe esse debate e não tem problema algum, até porque é o que consta na estrutura da lei aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Pois não, deputado.

Há também, aqui, sobre a Mesa o requerimento para a dispensa de todas as formalidades regimentais para ser apreciado de logo o Projeto de Resolução n.º 3.146/2023, de autoria da deputada Fátima Nunes, que concede a Comenda Dois de Julho à nossa colega deputada Maria del Carmen.

Em votação.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Precisa?

Robinson, relate esse projeto, por favor, da Comenda Dois de Julho para a deputada Maria del Carmen.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson para relatar o projeto.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: É com muita honra que fui designado pelo presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, Adolfo Menezes.

(Lê) *“Os líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar, com assento nesta Casa, vêm na forma regimental, requerer a V. Ex.^a, a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que seja apreciado de logo o Projeto de Resolução n.º 3.146/2023, de autoria da deputada Fátima Nunes, que concede a Comenda Dois de Julho à deputada estadual Maria del Carmen”.*

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Deputado Robinson, gostaria também de que V. Ex.^a relatasse esses de utilidade pública.

Em votação o parecer referente à Comenda Dois de Julho para a nossa colega Maria del Carmen.

Os Srs. Deputados que o aprovam, no âmbito das comissões, permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado o Projeto de Resolução nº 3.146/2023. **(Publicado no DOEL em 10/08/2023)**

Próximo, é projeto de utilidade pública, que é consensual.

O Sr. Samuel Junior: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, só para corroborar V. Ex.^a, como já é um consenso o de utilidade pública, já passou por todo o trâmite técnico na Secretaria, eu acho que V. Ex.^a poderia pedir a dispensa, que o relator lesse, e a gente já fizesse a aprovação, porque a utilidade pública já é um consenso natural.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Ele vai ler só os números, rapidinho.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Para relatar, o deputado Robinson.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Só os números, não é?

(Lê) “REQUERIMENTO

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia

Os Líderes dos Blocos da Maioria e Minoria Parlamentar com assento nesta Casa, vêm requerer a V. Exa. a dispensa de todas as formalidades regimentais, para que sejam apreciadas de logo as seguintes matérias:

01. PL nº 24.860/2023 de autoria do Dep. ZÉ RAIMUNDO FONTES e que ‘Declara de Utilidade Pública a Comunidade Terapêutica Sol Nascente, com sede e foro no município de Planalto.’;

02 .PL nº 24.862/2023 de autoria do Dep. ROBINHO e que ‘Declara de Utilidade Pública Estadual a ACRNSV Associação Casa de Recuperação Nutricional SOS Vida, com sede e foro no município de Eunápolis, Estado da Bahia’

03 .PL n.º 24.896/2023 de autoria do Dep. NILTINHO e que ‘Declara de Utilidade Pública a Fundação Estrela do Amanhã - FUNDESA, com sede e foro no município de VALENÇA - Estado da Bahia’.

04 .PL n.º 24.897/2023 de autoria do Dep. SANDRO RÉGIS e que ‘Declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Antônio Carlos Magalhães, com sede no município de Ipiaú-Bahia’.

05. PL n.º 24.918/2023 de autoria do Dep. LUCIANO ARAÚJO e que ‘Declara de Utilidade Pública o Instituto de Assistência Humanização e Tratamento de Ferida - ASTAF, com sede e foro no município de Valente no Estado da Bahia’.

06. PL n.º 24.919/2023 de autoria do Dep. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR e que ‘Declara de Utilidade Pública o Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia -CLPD, com sede foro no município de Salvador- Ba’.

07. PL n.º 24.924/2023 de autoria do Dep. ROBINHO e que 'Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação ONG Bicho Amigo de Nova Viçosa, com sede e foro no município de Nova Viçosa, Estado da Bahia'.

08. PL n.º 24.932/2023 de autoria do Dep. LUCIANO ARAÚJO e que 'Declara de Utilidade Pública à Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura do Município de Valente-BA - ADESVa, com sede e foro no município de Valente no Estado da Bahia'.

09. PL n.º 24.945/2023 de autoria do Dep. ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR e que 'Declara de Utilidade Pública a CASA ESPÍRITA BEZERRA DE MENEZES, com sede e foro no município de Barreiras - Ba'.

10. PL n.º 24.954/2023 de autoria da Dep. SOANE GALVÃO e que 'Declara de Utilidade Pública a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus, com sede e foro no município de Ilhéus, no Estado da Bahia'.

11. PL n.º 24.955/2023 de autoria da Dep. NEUSA CADORE e que 'Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação Indígena da Comunidade da Aldeia do Alto da Abobreira - AICOAA, com foro jurídico no município de Ribeirão do Largo/BA'.

12. PL n.º 24.962/2023 de autoria do Dep. EDUARDO SALLES e que 'Declara de Utilidade Pública a Pia Associação da Divina Misericórdia. Com sede na Rodovia Una/Canavieiras, S/N - no município de Una/BA'.

13. PL n.º 24.972/2023 de autoria do Dep. EDUARDO SALLES e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação Centro Geriátrico de Apuarema'.

14. PL n.º 24.980/2023 de autoria do Dep. NILTINHO e que 'Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Adonai e Creche'.

15. PL n.º 24.981/2023 de autoria do Dep. EDUARDO SALLES e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Km 12, de Una, com sede na Rodovia Una - Arataca Ba 676, no município de Una/BA'.

16. PL n.º 24.982/2023 de autoria do Dep. BOBÔ e que 'Declara de Utilidade Pública Estadual a Casa de Acolhimento Resgate de Cristo - CARC, com sede e foro no Município de Salvador, no Estado da Bahia'.

17. PL n.º 24.983/2023 de autoria do Dep. BOBÔ e que 'Declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Estudantes de Pilar, com sede e foro no Município de Jaguarari, no Estado da Bahia'.

18. PL n.º 24.984/2023 de autoria do Dep. ZÉ RAIMUNDO FONTES e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação Casa da Vida com sede e foro no município de Vitória da Conquista'.

19. PL n.º 24.985/2023 de autoria do Dep. SANDRO RÉGIS e que 'Declara de Utilidade Pública a Associação Barrochense Escolinha Guerreiro Futebol Clube, com sede e foro no Município de Barra do Rocha-BA'.

20. PL n.º 24.986/2023 de autoria do Dep. ROBERTO CARLOS e que 'Fica declara de Utilidade Pública, a Terapêutica-AGAPE, com sede e foro no Município de Condeúba'.

21. PL n.º 24.990/2023 de autoria do Dep. JOSÉ DE ARIMATÉIA e que 'Declara de Utilidade Pública o Sucupira Futebol Clube, com sede e foro na cidade de Irará, Estado da Bahia'.

22. PL n.º 25.005/2023 de autoria do Dep. EDUARDO SALLES e que ‘Declara de Utilidade Pública a Associação de Agentes Ambientais e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis - AACRRI, com sede e foro no município de Itabuna /BA’.

23. PL n.º 25.006/2023 de autoria do Dep. MANUEL ROCHA e que ‘Fica declarada de Utilidade Pública, para fins e efeitos a entidade Associação de Criadores de Suínos de Malhada de Pedras-BA, Guajeru, e Adjacentes (SUÍNO FORTE), com sede e foro no Município de Malhada de Pedras-BA’.

24. PL n.º 25.008/2023 de autoria do Dep. SANDRO RÉGIS e que ‘Declara de Utilidade Pública o INSTITUTO SOMOS +, com sede e foro no Município de Salvador-BA’.

25. PL n.º 25.009/2023 de autoria da Dep. NEUSA CADORE e que ‘Declara de Utilidade Pública Estadual o NÚCLEO ESPORTIVO DO SISAL -NESI, com foro jurídico no município de Conceição do Coité/BA’.

26. PL n.º 25.010/2023 de autoria do Dep. EDUARDO SALLES e que ‘Declara de Utilidade Pública do Instituto Chocolate. Com sede na Avenida Mario Ramos de Lima, 255 Térreo - Centro - no município de Buerarema/Ba’.

27. PL n.º 25.012/2023 de autoria do Dep. ALEX DA PIATÃ e que ‘Declara de Utilidade Pública o Instituto de Ensino Pesquisa Segurança e Defesa Social, com sede e foro no município de Salvador -Bahia’.

28 .PL n.º 25.015/2023 de autoria do Dep. MARQUINHO VIANA e que ‘Dá a Associação Filhas de São Camilo (Hospital Susy Zanfreta) na cidade de Barra da Estiva, a condição de entidade de Utilidade Pública’. E

29 .PL n.º 25.016/2023 de autoria do Dep. JUNIOR NASCIMENTO e que ‘Declara de Utilidade Pública a Associação dos Motociclistas Lobos Solitários, com sede e foro no município de Senhor do Bonfim - BA’.

Sala das Sessões, 09 de agosto de 2023.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Em votação, no âmbito das comissões.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)
Aprovados.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovadas, em Plenário, as utilidades públicas, **por unanimidade, em 1ª discussão:**

01. PL nº 24.860/2023 - Deputado ZÉ RAIMUNDO - **Comunidade Terapêutica Sol Nascente**. Publicado no DOEL do dia 28/4/2023.

02. PL nº 24.862/2023 - Deputado ROBINHO - **ACRNSV Associação Casa de Recuperação Nutricional SOS Vida**. Publicado no DOEL do dia 28/4/2023.

- 03. PL nº 24.896/2023** - Deputado NILTINHO - **Fundação Estrela do Amanhã**. Publicado no DOEL do dia 16/5/2023.
- 04. PL nº 24.897/2023** - Deputado SANDRO RÉGIS - **Associação de Moradores do Conjunto Habitacional Antônio Carlos Magalhães**. Publicado no DOEL do dia 16/5/2023.
- 05. PL nº 24.918/2023** - Deputado LUCIANO ARAÚJO - **Instituto de Assistência Humanização e Tratamento de Ferida**. Publicado no DOEL do dia 25/5/2023.
- 06. PL nº 24.919/2023** - Deputado ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR - **Centro de Logopedia e Psicomotricidade da Bahia** - Publicado no DOEL do dia 25/5/2023.
- 07. PL nº 24.924/2023** - Deputado ROBINHO - **Associação ONG Bicho Amigo de Nova Viçosa**. Publicado no DOEL do dia 30/5/2023.
- 08. PL nº 24.932/2023** - Deputado LUCIANO ARAÚJO - **Associação para o Desenvolvimento Sustentável da Agricultura do Município de Valente-BA**. Publicado no DOEL do dia 1º/6/2023.
- 09. PL nº 24.945/2023** – Deputado ANTÔNIO HENRIQUE JÚNIOR - **Casa Espírita Bezerra de Menezes**. Publicado no DOEL do dia 14/6/2023.
- 10. PL nº 24.954/2023** - Deputada SOANE GALVÃO - **Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Ilhéus**. Publicado no DOEL do dia 20/6/2023.
- 11. PL nº 24.955/2023** - Deputada NEUSA CADORE - **Associação Indígena da Comunidade da Aldeia do Alto da Abobreira – AICOAA**. Publicado no DOEL do dia 21/6/2023.
- 12. PL nº 24.962/2023** - Deputado EDUARDO SALLES - **Pia Associação da Divina Misericórdia**. Publicado no DOEL do dia 21/6/2023.
- 13. PL nº 24.972/2023** - Deputado EDUARDO SALLES - **Associação Centro Geriátrico de Apuarema**. Publicado no DOEL do dia 4/7/2023.
- 14. PL nº 24.980/2023** - Deputado NILTINHO - **Associação Beneficente Adonai e Creche**. Publicado no DOEL do dia 4/7/2023.
- 15. PL nº 24.981/2023** - Deputado EDUARDO SALLES - **Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Km 12, de Una**. Publicado no DOEL do dia 4/7/2023.
- 16. PL nº 24.982/2023** - Deputado BOBÔ - **Casa de Acolhimento Resgate de Cristo – CARC**. Publicado no DOEL do dia 4/7/2023.
- 17. PL nº 24.983/2023** - Deputado BOBÔ - **Associação de Estudantes de Pilar**. Publicado no DOEL do dia 4/7/2023.

- 18. PL nº 24.984/2023** - Deputado ZÉ RAIMUNDO FONTES - **Associação Casa da Vida com sede e foro no município de Vitória da Conquista.** Publicado no DOEL do dia 4/7/2023.
- 19. PL nº 24.985/2023** - Deputado SANDRO RÉGIS - **Associação Barrochense Escolinha Guerreiro Futebol Clube.** Publicado no DOEL do dia 5/7/2023.
- 20. PL nº 24.986/2023** - Deputado ROBERTO CARLOS - **Terapêutica-AGAPE.** Publicado no DOEL do dia 8/7/2023.
- 21. PL nº 24.990/2023** - Deputado JOSÉ DE ARIMATÉIA - **Sucupira Futebol Clube.** Publicado no DOEL do dia 13/7/2023.
- 22. PL nº 25.005/2023** - Deputado EDUARDO SALLES - **Associação de Agentes Ambientais e Catadores de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis.** Publicado no DOEL do dia 2/8/2023.
- 23. PL nº 25.006/2023** - Deputado MANUEL ROCHA - **Associação de Criadores de Suínos de Malhada de Pedras-BA, Guajeru e Adjacentes (SUÍNO FORTE).** Publicado no DOEL do dia 2/8/2023.
- 24. PL nº 25.008/2023** - Deputado SANDRO RÉGIS - **Instituto Somos +.** Publicado no DOEL do dia 2/8/2023.
- 25. PL nº 25.009/2023** - Deputada NEUSA CADORE - **Núcleo Esportivo Do Sisal.** Publicado no DOEL do dia 2/8/2023.
- 26. PL nº 25.010/2023** - Deputado EDUARDO SALLES - **Instituto Chocolate.** Publicado no DOEL do dia 2/8/2023.
- 27. PL nº 25.012/2023** - Deputado ALEX DA PIATÃ - **Instituto de Ensino Pesquisa Segurança e Defesa Social.** Publicado no DOEL do dia 8/8/2023.
- 28. PL nº 25.015/2023** - Deputado MARQUINHO VIANA - **Associação Filhas de São Camilo (Hospital Susy Zanfreta).** Publicado no DOEL do dia 8/8/2023.
- 29. PL nº 25.016/2023** - Deputado JÚNIOR NASCIMENTO – **Associação dos Motociclistas Lobos Solitários.** Publicado no DOEL do dia 8/8/2023.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): Srs. Deputados, encerrarei esta sessão. Para logo após o encerramento desta, convoco uma sessão extraordinária para se votar, em segundo turno, os projetos do Ministério Público, do Tribunal de Justiça, das utilidades públicas e o projeto da Comenda Dois de Julho para a deputada, colega, Maria del Carmen.

Encerrada a presente sessão.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Antônio Henrique Jr, Eduardo Alencar, Marcinho Oliveira, Patrick Lopes, Robinho e Rogério Andrade. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.